

Brasil deve sair do grupo de países de risco

Fabio Motta/AE

Para o economista Barros de Castro, produção eficiente e baixo endividamento externo são fatores que ajudam a melhorar visão internacional do País

SUELY CALDAS
e FERNANDO DANTAS

RIO – No momento em que o Brasil respira aliviado com o descolamento da crise argentina, o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem uma mensagem de otimismo a transmitir, mas que é profundamente original. Mais do que o desligamento da Argentina, ele aposta na saída do Brasil do que ele chama de “grupo de países de risco internacional”, vulneráveis às crises externas. Porém, ao contrário da maioria dos analistas econômicos, que coloca na boa condução das políticas fiscal e monetária as razões principais para o descolamento, Barros de Castro – sem negar a importância daqueles dois aspectos – prefere enfatizar um outro ponto: “Acho que há muito mais sendo percebido. Antes, quando se falava do potencial do Brasil, falava-se do tamanho do País, dos recursos naturais, das florestas, mares e sabiás. Hoje, é completamente diferente. O potencial do Brasil reside no fato de que os brasileiros sabem produzir. É um conteúdo de conhecimento.”

É, portanto, na economia real, no chão das fábricas e nas extensões cultivadas do cerrado – percorridos regularmente por Barros de Castro, um economista apaixonado pelo “trabalho de campo” – que estaria o potencial para o Brasil livrar-se do “grupo de risco”, como fez recentemente a Rússia. Esta é a categoria dos países que são vistos como muito vulneráveis às turbulências externas, tem altos “spreads” de risco – precisam oferecer títulos com juros muito mais altos do que os do Tesouro americano – e são mal classificadas pelas agências de rating.

“Apenas três vezes na minha vida estive otimista em relação ao crescimento do Brasil. Uma foi em 1968 e, mesmo estando absolutamente só (no prognóstico), acertei em cheio; a outra vez foi em 1985 e fui punido por um julgamento negativo da realidade. Esta é a terceira vez que eu aposto, e vamos ver como é o jogo de desempata”, afirma. A seguir, um resumo da entrevista – resultado de discussões de um grupo de estudos da UFRJ do qual fazem parte também os economistas Francisco Eduardo Pires de Souza, Antonio Licha e Caio Cesar Prates Loch.

Estado – Como o senhor vê a situação da economia mundial e do Brasil?

Antônio Barros de Castro – Desde a crise asiática e russa, pensar o futuro do Brasil implica em formular hipóteses sobre o resto do mundo, sobretudo os Estados Unidos que é a locomotiva ou o candidato à locomotiva global. Nosso “stop and go” (acelerações e desacelerações no crescimento econômico) nos últimos anos foi claramente regido pelo quadro externo, e muito particularmente pelo acesso à liquidez internacional e pela confiança depositada no país.

Estado – Então o crescimento do Brasil está condicionado ao dos Estados Unidos?

Barros de Castro – Vou distinguir dois ingredientes cruciais para o debate neste momento. O primeiro é o nível de atividade dos EUA e demais economias centrais. Há uma hipótese benigna, de que aconteça a contração, bate-se no fundo do poço e sobe-se rapidamente. É o cenário preferido da Bolsa de Valores e de Wall Street, também chamada de cenário “V”. O outro cenário é de queda do nível de atividade nas economias centrais, mas o fundo do poço se revela pegajoso, a

recuperação é complicada e claudicante. É o chamado cenário “U”, sendo que a perna direita do “U” não é vertical, é claudicante. Este cenário está ganhando maior probabilidade. Os mais recentes episódios apontam na direção a um “U” e não mais o “V” benigno imaginado, embora as autoridades apostem no “V”. O último cenário é o japonês, um “L”, mergulha e fica patinando em baixo, cai e fica prostrado.

Estado – O Brasil seria muito afetado por uma recuperação lenta e difícil nos Estados Unidos?

Barros de Castro – A rigor, o que define o quadro de um país grande e com baixo coeficiente de exportações como o Brasil não é diretamente o nível de atividade nos países centrais. Isto é decisivo para economias pequenas e abertas. Em uma economia grande e relativamente fechada como a brasileira, nossa dependência é rigorosamente de acesso à liquidez. E a relação entre o nível de atividade lá e o acesso à liquidez aqui não é uma relação simples. Desde, pelo menos, a crise russa, o Brasil pertence ao grupo de risco internacional. Qualquer solução, isto aqui entrava em pânico. Mas não estamos para sempre no grupo de risco. A Rússia, por exemplo, saiu do grupo de risco recentemente. O Chile não está no grupo, obviamente. Nós temos sido membros de carteirainha, mas há dúvidas, a meu ver, sobre a permanência do Brasil neste grupo.

Estado – O que o Sr. quer dizer com isto?

‘APENAS TRÊS VEZES ESTIVE OTIMISTA EM RELAÇÃO AO CRESCIMENTO DO BRASIL’

Barros de Castro – É cedo para falar de descolamento para valer, mas o fato é que a diferença tão radical entre o comportamento do Brasil e dos indicadores de confiança em relação à Argentina, nos últimos dois meses, leva a pensar seriamente nesta questão sobre a

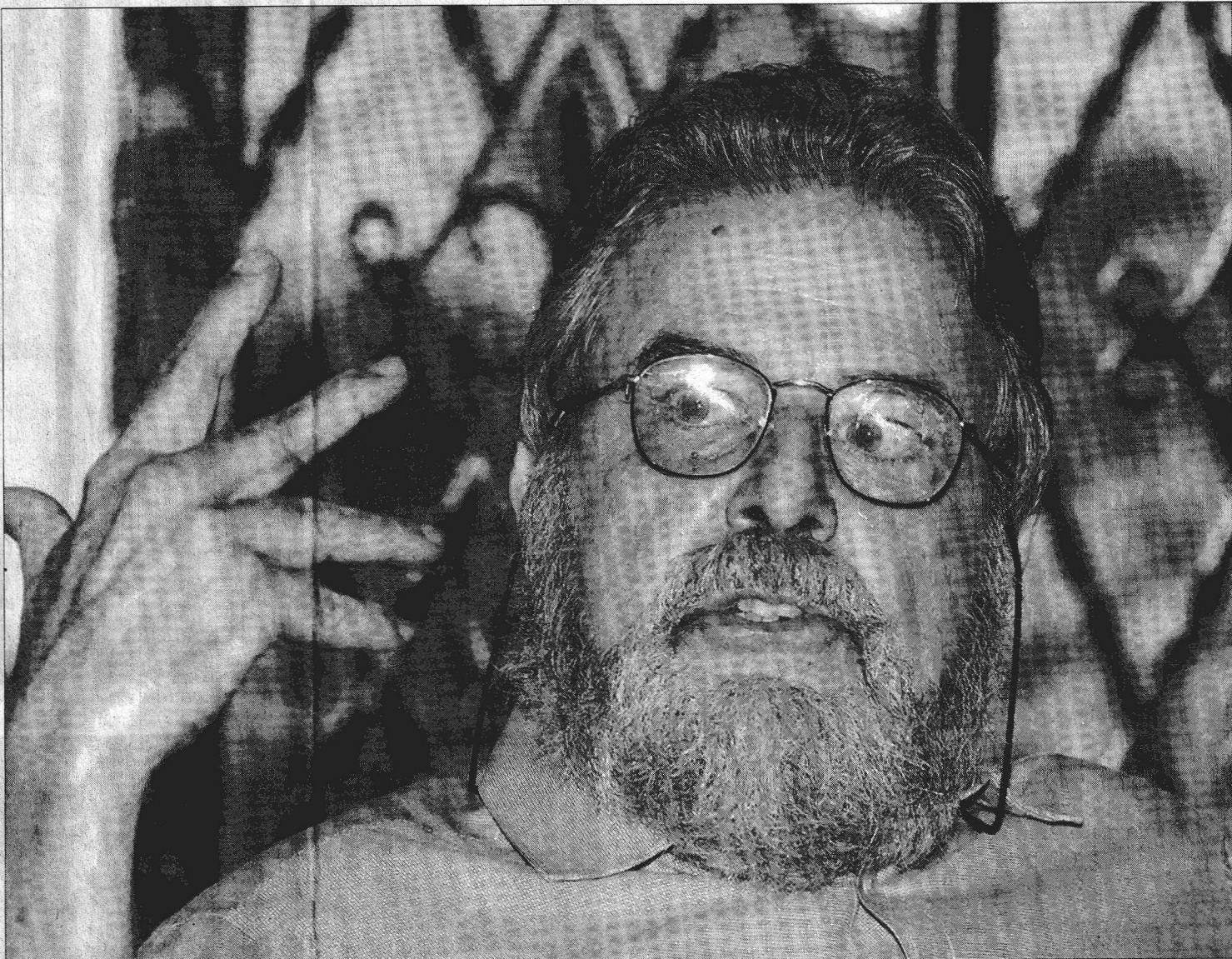
classe a que pertence o Brasil. Primeiramente, eu lembraria que o endividamento brasileiro externo, que anda em torno de 34% do produto, é baixo. A Argentina, por exemplo, tem mais de 50%, antes de desvalorizar. Quando desvalorizar vai subir enormemente este coeficiente. O Chile também tem mais do que o Brasil. Então, dívida sobre PIB não é algo que nos ameace de forma frontal. Qual é o nosso indicador péssimo? É dívida sobre exportações, onde estamos muito mal.

Estado – Qual a importância destes fatores?

Barros de Castro – O coeficiente de exportações sobre dívida é verdadeiramente ruim, mas o desempenho, e sobretudo o que vem pela frente em termos de exportações, absolutamente não apresenta um quadro negativo. Creio que algo disto está sendo percebido como pano de fundo da melhoria recente da percepção de Brasil, de descolamento da Argentina, etc.

Estado – Há outros aspectos percebidos, não?

Barros de Castro – Acho que há muito mais sendo percebido. É muito fácil ironizar o potencial de crescimento do Brasil. Como naquela conhecida piada, o Brasil é o país do futuro e sempre será... Acontece que mudou o potencial. Antes, quando se falava de potencial do Brasil, se falava do tamanho do país, recursos naturais, florestas, mares, sabiás. Hoje, é completamente diferente, o potencial reside em que os brasileiros sabem produzir, se deslocou para isto. É um conteúdo de conhecimento. Recentemente, numa entrevista de campo, na Mercedes-Benz de Juiz de Fora, um técnico declarou, literalmente, o seguinte: não há dúvida de que os brasileiros sabem produzir automóveis. Isto foi di-



Economista afirma que tem uma estimativa medíocre, de 2% ou 3% de crescimento para 2002 e prefere apostar no longo prazo

‘Não estou falando de curto prazo, mas de trajetórias sustentáveis de crescimento. O que me interessa é qual crescimento este País pode adotar e sustentar.’

A pergunta não é trivial porque estamos saindo de 20 anos de estagnação.

Todos os meus argumentos são na direção de que voltamos a dispor de pré-condições extremamente favoráveis

Antônio Barros de Castro

to com uma certeza de quem é profissional, do métier. E isto se repete a cada entrevista. Não há dúvida de que este é um local onde a cultura industrial encontra-se assimilada, disseminada, dominada.

Estado – Há outros exemplos?

Barros de Castro – O cerrado. O Brasil sabe produzir em uma fronteira que era considerada completamente inóspita para a agricultura. Há problemas de logística, mas o Brasil tem, para feitos da indústria ou do agribusiness, este brutal potencial que agora não é mais de recursos naturais. Ele se trasladou para o homem. O Brasil sabe produzir e tem as plantas (fábricas). Tudo isto já vinha sendo percebido há tempos.

Estado – Mas o crescimento do Brasil tem sido tão fraco...

Barros de Castro – Isto significa o quê? Se a produtividade cresce 5% e o país cresce só 2%, quer dizer que, de alguma maneira, ele armazenou capacidade de crescer. Crescimento é algo cumulativo. A pessoa que aprende a andar de bicicleta na infância, descobre, anos depois, já adulto, que ainda sabe andar. Filho de alfabetizado não volta a ser analfabeto. Conhecimento é um catraca, você vai acumulando. E o Brasil tem dado saltos em termos de conhecimento, especialmente no tocante a saber produzir bens modernos.

Estado – Então podemos crescer mais rápido?

Barros de Castro – Estou convencido de que existe um potencial sobre o qual quem continuar fazendo piadas pode se surpreender. E esta convicção me faz evocar outras situações. Apenas três vezes na vida estive otimista em relação ao crescimento do Brasil. Uma vez foi em 1968, e eu estava absolutamente só. Naquela vez acertei em cheio. A outra foi em 1985, e eu fui punido por um julgamento negativo da realidade. Esta é a terceira vez que eu aposto, e vamos ver como é o jogo de desempata.

Estado – O que faz o senhor ter tanta convicção?

Barros de Castro – Este engatilhamento para crescer já se sente em outros planos. Na última arremetida da economia,

no segundo semestre de 2000, o setor que puxou o crescimento, pela primeira vez, foi o de bens de capital. A produção e as importações de equipamentos dispararam na frente do produto. As outras arremetidas do passado estavam sendo lideradas por bens de consumo duráveis. E isto é um engatilhamento. Até outubro último, a produção de bens de capital aumentou 15,7%, e as importações 19%. É claro que tem crise energética aí no meio, mas o fato é que não é qualquer país periférico que tem uma retomada de crescimento com liderança de bens de capital.

Estado – Por que bens de capital são tão importantes?

Barros de Castro – Eles são o nervo do crescimento. É quando você está trocando equipamento por equipamentos superiores, e acrescentando equipamentos às fábricas, empresas, agricultura, o agribusiness etc. É o potencial de crescimento em estado puro.

Estado – Como o ano eleitoral se encaixa na sua análise?

Barros de Castro – Há uma idéia de que, se for verdade que está engatilhado um crescimento com fôlego sustentável, sem mexer no coração da política macroeconômica, isto significa que não há espaço para a política, que todos os partidos e tendências serão iguais. Eu discordo peremptoriamente. Mesmo que este potencial seja preservado, que a arquitetura institucional seja no fundamental preservada, resta, para diferenciar as tendências políticas que competem pelo poder hoje no Brasil, pelo menos três dimensões importantes: as políticas social, industrial e externa.

Estado – Poderia detalhar esta diferenciação?

Barros de Castro – Um governo de oposição pode marcar a história com uma política social, com a sua fisionomia, ou uma política industrial de outro cunho, ou mudando a política externa em uma direção própria, ainda que respeitando – in-

sisto – a arquitetura institucional e outras coisas que está herdando. Não é de graça ou por acaso que o Brasil é hoje um laboratório de experiências no campo social. Governos de diferentes tendências estão competindo através da sua eficácia em mudar o social, amparar a criança, amparar o desempregado, desenvolver inúmeros programas. Isto se aplica às prefeituras, aos governos estaduais e ao governo federal. Este laboratório revela que o País amadureceu a consciência de que não pode continuar sendo o que era socialmente.

Estado – Muitos analistas acham que o Brasil entrou nos eixos porque colocou em ordem as contas públicas. O senhor não mencionou isto.

Barros de Castro – Eu não estou indo por aí. Eu chego aí, mas este não é o meu ponto de partida. Insisto, isto é o que me diferencia de vários outros que têm esta obsessão, que eu certamente não tenho. Eu fui recentemente à Rondônia e inauguraram uma estrada asfaltada para a Venezuela. Então, há uma febre em Rondônia de “vamos produzir grãos, frutas, etc.” Mas como, em Rondônia? Me desculpem os locais, mas é o fim do mundo.

Por que isto? Por uma razão muito simples: na Venezuela não se produz nada, não se sabe produzir. A Venezuela até hoje é petróleo, e só. Não é detalhe saber produzir eficientemente. Eu estou chegando do Rio Grande do Norte, onde há pouquíssimo tempo não havia criação de cama-

rões. Hoje o grande debate é como conter a criação de cama-rões. Há uma região no sertão de Seridó, na fronteira do Rio Grande do Norte e Paraíba, onde se produzia o algodão, mas veio o bocado, e destruiu. Eles evoluíram para o manejo do gado, descobriram a fabricação de bonés, numa determinada cidade, proliferaram empresas produtoras de bonés. Veja bem, isto não é detalhe. É uma vitalidade, uma capacidade de resposta muito grande.

Estado – A questão fiscal,

porém, é importantíssima do ponto de vista dos gastos públicos na área social.

Barros de Castro – Eu acho decisivo o esforço fiscal. O superávit primário de 3,5% do PIB nos qualifica para uma nova trajetória de crescimento. Só que o meu ângulo é mais sistêmico. Uma outra razão pela qual eu acredito no potencial brasileiro é que o País conseguiu construir uma máquina tributária que recolhe um terço do PIB. E com um terço do PIB você pode construir uma nação. O México arrecada apenas 15% do PIB, e com 15% não é possível construir uma nação. Com 33% é possível. Este é o meu ângulo sistêmico.

Estado – Nesse quadro, qual seria sua estimativa de crescimento para 2002?

Barros de Castro – Medíocre, tipo 2% ou 3%. Não estou falando de curto prazo, mas de trajetórias sustentáveis de crescimento. O que me interessa é qual crescimento este País pode adotar e sustentar. A pergunta não é trivial porque estamos saindo de 20 anos de estagnação. Todos os meus argumentos são na direção de que voltamos a dispor de pré-condições extremamente favoráveis.

Estado – Vale ou não o estado intervir na economia privada com uma política industrial planejada?

Barros de Castro – Sou a favor de intervenções leves e pontuais. O que chamam de guerra fiscal é um tipo de política industrial descentralizada, de má qualidade e caótica. Em toda a parte se faz política industrial, com exceção da federação. Se o País retomar agora, deveria ser uma política de outra natureza. Não se trata mais de criar empresas e levantar fábricas. Esta tarefa está feita. A única exceção é a indústria eletrônica. O foco agora tem de ser na empresa, precisamente nos recursos da empresa, através de novas estratégias. É estimular a criatividade, apoiar inovações, socializar riscos, promover parcerias. É uma política mais fina e leve. A do passado, voltada para instalação da capacidade produtiva, é página virada. Hoje a atenção é para o rebaixamento de preços, a eficiência da empresa, a inovação tecnológica, marketing, sair da situação de vender na porta da fábrica.